

Texto, textualização e agência humana na era da IA generativa¹

Text, Textualisation and Human Agency in the Age of Generative AI

Matilde Gonçalves¹

¹ CLUNL, NOVA FCSH, Universidade Nova de Lisboa

Resumo

Partindo de um diálogo pedagógico ocorrido na unidade curricular de Linguística do Texto, na NOVA FCSH, este artigo analisa respostas produzidas por três modelos de IA generativa – ChatGPT 4, ChatGPT 5 e Gemini 2.5 – a partir de perguntas centradas na noção de texto, na distinção entre gerar, produzir e fazer texto e na autoria. O enquadramento teórico mobiliza autores das tradições anglófona, francófona e lusófona, com destaque para Halliday e Hasan, Beaugrande e Dressler, Bronckart, Adam, Rastier, Marcuschi, Coutinho e Miranda. A análise mostra que os modelos tendem a privilegiar uma conceção formal e funcional do texto, centrada em critérios de textualidade, deixando em segundo plano a sua dimensão empírica, social, praxeológica e agentiva. Assim, argumenta-se que a IA generativa pode gerar sequências textuais plausíveis, mas não produz autonomamente textos em sentido pleno.

Palavras-chave: Texto, textualizar, IA generativa, linguística do texto, agência humana.

Abstract

Drawing on a pedagogical discussion held in a Text Linguistics course at NOVA FCSH, this article analyses responses produced by three generative AI models – ChatGPT 4, ChatGPT 5, and Gemini 2.5 – to questions concerning the notion of text, the distinction between generating, producing, and making text, and authorship. The theoretical framework brings together scholars from Anglophone, Francophone, and Lusophone traditions, with particular emphasis on Halliday and Hasan, Beaugrande and Dressler, Bronckart, Adam, Rastier, Marcuschi, Coutinho, and Miranda. The analysis shows that the models tend to privilege a formal and functional conception of text, centred on criteria of textuality, while relegating its empirical, social, praxeological, and agentive dimensions to the background. It is therefore argued that generative AI can generate plausible textual sequences but does not autonomously produce texts in the full sense of the term.

Keywords: Text, textualize, generative AI, text linguistics, human agency.

1. Introdução

A recente emergência de modelos de inteligência artificial generativa (IA generativa), como o ChatGPT, o Gemini e o Copilot, entre outros, veio reconfigurar as práticas de leitura e escrita em múltiplas áreas da vida social, incluindo o ensino superior. Ferramentas baseadas em modelos de linguagem de larga escala (LLM) passaram a participar, com diversos graus de visibilidade, nas diversas tarefas do trabalho académico. O uso da IA generativa em sala de aula intensifica o debate em torno de questões como a construção do conhecimento, a

¹ Neste artigo, foi utilizado o ChatGPT (versão 5) para: geração de dados nas interações analisadas, revisão ortográfica e sintática, apoio à organização das referências bibliográficas e apoio à reformulação e reorganização dos segmentos de análise. Todas as decisões conceptuais e metodológicas, a verificação das fontes e a interpretação dos dados pertencem exclusivamente à autora.

autoria, a originalidade, a responsabilidade ética e a própria natureza dos textos produzidos em ambientes académicos.

No contexto universitário, estudos recentes têm sublinhado, por um lado, o potencial da IA generativa como instrumento de apoio à escrita e, por outro, os riscos associados à sua utilização acrítica. Essien et al. (2024), por exemplo, discutem o impacto da geração de texto no desenvolvimento do pensamento crítico em estudantes do ensino superior, enquanto Khalifa e Albadawy (2024) destacam a IA como ferramenta de produtividade na escrita académica, chamando, porém, a atenção para os desafios colocados à integridade na investigação científica (“integrity in scientific research”). A OCDE, no seu relatório *Exploring Effective Uses of Generative AI in Education* (2026), aconselha a integração do uso da IA em sala de aula, no entanto aponta como risco a preguiça metacognitiva, ou seja, os estudantes vão procurar e preferir respostas rápidas e eficientes em vez de um raciocínio demorado e esforçado. Em Portugal, Rebelo (2023) realça uma perspetiva crítica convocando os pontos positivos e os pontos negativos do uso da IA generativa e, como modo de ação, propõe a integração explícita destas ferramentas em unidades curriculares universitárias na área da engenharia.

É neste cenário que se inscreve o presente artigo, cujo ponto de partida foi um diálogo em contexto de sala de aula, na unidade curricular de Linguística do Texto, na NOVA FCSH, no ano letivo de 2024–2025. Perante a pergunta “Do vosso ponto de vista, o ChatGPT produz textos?”, o grupo discente respondeu unânime de modo afirmativo, mas teve dificuldade em justificar a resposta. As hesitações oscilaram entre um “não sei” e a ideia de que a IA generativa “produz uma mensagem coerente e coesa”. Verificaram-se com este diálogo dois pontos: 1) uma familiaridade no uso da ferramenta e 2) uma relativa indefinição conceptual no que toca à noção de texto.

A questão de saber se aquilo que a IA generativa produz pode ou não ser considerado texto remete diretamente para a área da linguística do texto. A noção de texto coloca, contudo, diversos desafios. De facto, embora a linguística do texto seja um campo consolidado, o conceito de texto varia consideravelmente consoante os autores e os quadros teóricos (Gonçalves, 2018). Weinrich (1973) frisou, aliás, a dificuldade de fixar uma definição unívoca de texto. Apesar desta heterogeneidade e dificuldade, é possível reconhecer, no desenvolvimento da área, uma (re)formulação gradual da noção de texto, que deixa de remeter apenas para uma unidade linguística formal e passa a ser concebida, embora com nuances distintas, como unidade de comunicação e de sentido, progressivamente articulada com a empiricidade, a inserção em práticas sociais e a função comunicativa (Halliday & Hasan, 1976; van Dijk, 1977; Beaugrande & Dressler, 1981; Bronckart, 1997, 2006; Rastier, 2001; Marcuschi, 2008; Coutinho, 2003, 2019; Miranda, 2010; Coseriu, 2007; ver síntese em Gonçalves, 2018).

Partindo deste enquadramento, a ser retomado e desenvolvido posteriormente, neste artigo coloco três perguntas: (i) que concepções de texto são mobilizadas pelos modelos de IA generativa quando passam de uma pergunta geral para *prompts* explicitamente ancorados na linguística do texto, e de que modo essas concepções se reconfiguram ao longo da interação pessoa/máquina? (ii) Como é formulada, nas respostas dos modelos, a distinção entre produzir texto, na aceção de Bronckart (1997), fazer texto, na aceção de Adam (2015), e gerar texto, no sentido técnico associado à IA generativa? E (iii) que concepções de autoria e de responsabilidade são mobilizadas quando os modelos caracterizam o seu estatuto na geração de sequências linguísticas?

Para responder a estas questões, recorro a uma metodologia dialogal, na qual foram colocadas perguntas a três modelos de IA generativa – duas versões do ChatGPT (4 e 5) e o Gemini 2.5 – a partir de instruções (*prompts*) inspiradas em estudos recentes sobre divulgação científica mediada por IA (Pacheco et al., 2025) e centradas explicitamente na noção de texto, na distinção entre produção e geração e na autoria. As respostas dos modelos são analisadas e discutidas à luz da linguística do texto, com especial atenção para as concepções de texto propostas por Bronckart, Adam, Rastier e Coutinho. O objetivo é triplo: i) identificar as concepções de texto mobilizadas pelos modelos; ii) observar de que modo essas concepções se modificam ao longo da sequência de perguntas/respostas e iii) refletir o papel da agência humana em práticas de escrita mediadas por IA generativa. As interações entre os modelos e a investigadora, a serem apresentadas posteriormente, não foram utilizadas para determinar, por si mesmas, se os *outputs* da IA generativa são textos, nem permitem aceder

diretamente aos respetivos dados de treino. Serviram, essencialmente, para observar as definições e os critérios de textualidade mobilizados nas respostas.

Para responder às questões apresentadas, o artigo estrutura-se, para além da introdução, em torno de três momentos. No ponto 2, proponho um enquadramento teórico da noção de texto a partir das perspetivas de autoria anglófona, francófona e lusófona; no ponto 3, apresento a metodologia adotada, baseada em diálogos com modelos de IA generativa. No ponto 4, dedico-me à análise das respostas produzidas por esses modelos à luz da linguística do texto, bem como à discussão da relevância da agência humana nos processos de escrita mediados por IA generativa. Finalmente, na conclusão, retomo os principais resultados e procuro alargar a reflexão às transformações mais amplas que a IA generativa introduz nas práticas de escrita, de produção de conhecimento e agência humana.

2. A noção de texto nas perspetivas anglófona, francófona e lusófona

A linguística do texto, embora seja uma área recente com sensivelmente cinquenta anos, tem ganho estatuto e relevância dentro da linguística e outras áreas afins. Na sua implementação e desenvolvimento, importa sublinhar, muito brevemente, as diversas etapas constitutivas desta área de conhecimento (cf. Conte, 1989; Gonçalves, 2018; Koch, 1997). Uma primeira etapa da constituição da linguística do texto, deve-se à necessidade, na análise linguística, de ir além da frase perante diversos fenómenos linguísticos como a referenciação e a concordância temporal. Neste contexto, a diferença entre texto e frase é considerada apenas em termos quantitativos, ou seja, o texto é visto como uma extensão da frase. A segunda etapa enforma-se na gramática do texto, na qual o texto é considerado um “signo linguístico primário” (Hartmann, 1968) e o objetivo era analisar as microunidades presentes nos textos com base na sua segmentação e na sua respetiva caracterização. Nesta segunda etapa, destaca-se a obra de Halliday e Hasan, *Cohesion in English* (1976). Com efeito, os autores centraram-se nos mecanismos linguísticos que conferem unidade ao texto, em particular a referência, a substituição, a elipse, a coesão lexical. A ideia principal é que um texto não se define apenas por uma sequência de frases, mas pelas relações coesivas que ligam os seus elementos e contribuem para a sua textura textual. Halliday e Hasan (1976, p. 293) afirmam que o texto “is not just a string of sentences” e não deve ser entendido como “a sort of supersentence”, mas antes como “a semantic unit”. Finalmente, uma terceira etapa verdadeiramente importante no que toca à linguística do texto diz respeito ao surgimento da expressão “teoria do texto”. Essa expressão surgiu em 1973, com a publicação de *Texttheorie* de Siegfried Schmidt (1973). Parto de uma citação desta obra (recorro à tradução em espanhol publicada em 1978, sabendo que originalmente foi escrita em alemão):

Desde el punto de vista de una teoría del lenguaje completa, en lo posible, este proceso se há de acoger con vehemencia, pues supone un paso más en el camino de la lingüística, orientada hacia **la realidad del lenguaje en la comunicación socio-verbal** como sector central de investigación, con otras palabras, un paso de la **lingüística del sistema (verbal) hacia una teoría del texto** como teoría de la comunicación verbal. (Schmidt, 1973/1978, p. 20, sublinhados meus)

Duas notas breves merecem ser destacadas relativamente a esta citação. A primeira reporta-se à dimensão de uma teoria da linguagem completa que convoca uma dimensão comunicacional, social e verbal; a segunda, consequência da primeira, propõe uma evolução da linguística do sistema para uma teoria do texto, no qual o texto seria a via para analisar e apreender a comunicação verbal. Depreende-se que o trabalho de Schmidt convoca uma conceção de texto mais ampla (relativamente a texto como extensão da frase) de acordo com o contexto sociológico no qual se enquadra a sua investigação. A par da publicação de Schmidt, a proposta de Beaugrande e Dressler (1981) com os sete parâmetros da textualidade é, igualmente, de referir (veremos no ponto 4, como foi fulcral nos estudos sobre texto). Estes autores estabeleceram sete parâmetros que permitiriam distinguir o que é texto de não texto. Dentro desses parâmetros: dois são linguísticos – coesão e coerência – e cinco extralinguísticos – informatividade, situacionalidade, intertextualidade, intencionalidade e aceitabilidade.

O facto de os parâmetros extralinguísticos serem mais numerosos do que os intralinguísticos evidencia com clareza a dimensão comunicacional da linguagem, tal como preconizado por Schmidt em 1973.

No que toca à vertente francófona, destaco, sem carácter exaustivo, o trabalho de Jean-Michel Adam, Jean-Paul Bronckart e François Rastier. Do primeiro autor, das diversas obras mais conhecidas (1990, 1999, 2005), insisto numa obra editada, em 2015, por este linguista intitulada “Faire texte. Frontières textuelles et opérations de textualisation”. Esta obra reúne diversos artigos que versam sobre as ciências e as disciplinas dos textos e dos discursos. O que chama aqui a atenção é a expressão “fazer texto” (*faire texte*) e “textualização”, nas quais fica evidente a dimensão acional quando se produz um texto. Sobre este ponto voltarei mais tarde no ponto 4, na parte relativa à agência humana.

Jean-Paul Bronckart construiu um vasto e sólido quadro epistemológico e metodológico, a partir do interacionismo social do início do século XX, dando primazia aos trabalhos de Vygotsky, Volochinov e Saussure. A originalidade de Bronckart reside no destaque dado à linguagem como mediadora e acional tanto no desenvolvimento e funcionamento psíquicos como no desenvolvimento das atividades coletivas. Nesse quadro, os textos enquanto “produções verbais efetivas” (Bronckart, 1997, p. 71) desempenham um papel essencial ao nível comunicacional por estabilizarem as significações e por materializarem uma ação de linguagem:

Quelles que soient sa taille et ses modalités de production (orale ou écrite), le texte peut dès lors être défini comme le correspondant linguistique d’une action langagière. Mais si tout texte mobilise des unités linguistiques, il ne constitue pas en lui-même une unité linguistique, dans la mesure notamment où ses conditions d’ouverture et de clôture sont déterminées par l’agir général auquel il s’articule ; c’est la raison pour laquelle nous le qualifions d’unité communicative. (2010, p. 28)

O Interacionismo Sociodiscursivo (ISD) convoca a linguística, a psicologia, a sociologia e a filosofia para compreender a complexidade dos fenómenos humanos (Bronckart, 1997, 2008) e constituir a ciência do humano a partir da compreensão e análise dos textos, dos géneros textuais e dos tipos discursivos no âmbito das atividades sociais de linguagem. Esta rede complexa de noções para apreender os fenómenos humanos evidencia a relação que a linguagem tece com uma dimensão epistémica (em particular com os tipos discursivos e os modos de raciocínio) e uma dimensão praxeológica (no que toca aos géneros textuais enquanto modos de articulação e de organização entre o social e o linguístico).

No seu livro *Arts et sciences du texte* (2001), François Rastier sublinha que, apesar de o número de linguísticas do texto se terem, desde a década de 1970, multiplicado, algumas ainda permanecem ao nível da frase, por seguirem uma gramática do texto. Para ultrapassar esse problema, Rastier explora o texto a partir de um ângulo de complexidade linguística “palier de complexité linguistique” (Rastier, 1996, p. 12) e define-o como “sequência linguística atestada, empírica, produzida numa determinada prática social e associada a um suporte” (2001, p. 21, traduzido por mim). A partir desta definição, desenvolve vários aspetos: o texto enquanto objeto atestado, produzido numa determinada prática social, contrastando-o com a ideia de que o texto seria um objeto forjado pelos linguistas para fins científicos (2001, p. 22).

No contexto lusófono, é de sublinhar o trabalho de Antónia Coutinho, para quem o texto é concebido como um objeto comunicativo, empírico e complexo² (Coutinho, 2006, p. 2), irreduzível à sua condição estritamente linguística enquanto objeto comunicacional “Falarei de textos a propósito de produções linguísticas empíricas e atestadas, que realizam uma função comunicativa e se inserem numa prática social (Coutinho, 2003, p. 119)”. Fica, portanto, claro que a investigação que desenvolveu na área do texto se situa na esteira de Adam, Rastier e em particular Bronckart. A dimensão social, já contida na definição do texto como objeto empírico, comunicativo e complexo, ganha particular relevo na sua obra de 2019. O texto não é apenas um objeto de análise mobilizado por diferentes áreas do conhecimento – linguística, sociologia, comunicação, psicologia ou

² Florencia Miranda aborda, igualmente, a noção de texto de a partir da sua dimensão complexa, convocando aspetos linguísticos, psíquicos e sociais (Miranda, 2010, p. 6).

antropologia –, mas uma realidade fundamentalmente humana, na medida em que participa na construção, organização e regulação da vida em sociedade, bem como das vidas e identidades pessoais, tal como já tinha sido assinalado em Gonçalves (2018)³.

Os textos são, deste ponto de vista, não apenas objetos empíricos e comunicacionais, mas objetos sociais – se assim se pode dizer – através dos quais as pessoas fazem a sua vida (pessoal, profissional, social), através dos quais toma forma a praxis social e através da qual se (re)elabora o conhecimento (também ele social). (Coutinho, 2019, p. 145)

Ainda no contexto lusófono, importa trazer a investigação de Luíz António Marcuschi para quem o texto não é uma mera extensão da frase ou uma unidade formal da língua, mas sim um fenómeno linguístico de carácter enunciativo que constitui uma unidade semântica. Partindo de Beaugrande (1997), Marcuschi define texto como: “um evento comunicativo em que convergem ações linguísticas, sociais e cognitivas” (Marcuschi, 2008, p. 72). Para além destes aspetos, Marcuschi é muito claro na distinção entre a conceção de texto como objeto estanque, finito e previsível, mostrando, simultaneamente, como a conceção de texto evolui ao longo do tempo, tal como vimos no início da presente secção.

Hoje não se fala mais em *gramática de texto*. Essa noção suponha que seria possível identificar um conjunto de regras de “boa formação textual”, o que se sabe ser impossível, pois o texto não é uma unidade formal que pode ser definida e determinada por um conjunto de propriedades puramente componenciais e intrínsecas. Também não é possível dar um conjunto de regras formais que possam gerar textos adequados. (2008, p. 73)

De acordo com o exposto nesta secção, a partir de uma breve incursão nos trabalhos de autoria anglófona, francófona e lusófona, torna-se evidente que a noção de texto foi progressivamente reformulada, passando de uma conceção estritamente formal, centrada na frase e nas relações intratextuais, para passar a ser concebida como unidade semântica, comunicativa, empírica e socialmente situada. Se, num primeiro momento, a linguística do texto procurou explicar fenómenos que excediam os limites da frase e, depois, descreveu os mecanismos de coesão e coerência que asseguram a unidade textual, os desenvolvimentos posteriores vieram evidenciar que o texto não pode ser reduzido a uma estrutura linguística autónoma: inscreve-se em práticas sociais, géneros textuais, contextos de produção (e de receção/ interpretação), e articula dimensões linguísticas, psicológicas, praxeológicas e históricas. De acordo com o exposto anteriormente, a noção de texto, no campo da linguística do texto, não é totalmente estável nem unívoca. Em vez de uma definição única, encontramos várias perspectivas que o concebem, por exemplo, como macro-signo, unidade complexa, produção verbal situada, unidade de comunicação ou sequência empírica de linguagem. Esta pluralidade é importante porque mostra que o texto não pode ser reduzido apenas à sua organização linguística interna. Pelo contrário, a sua definição implica também o contexto, as práticas sociais em que circula, as condições da sua produção e da sua receção. Assim, fica consolidada uma conceção do texto como lugar privilegiado de realização da linguagem humana – não apenas como produto verbal, mas como forma de ação, de criação e organização do sentido, de mediação e de construção do conhecimento. É neste quadro que a questão da IA generativa se torna particularmente relevante: mais do que saber se os seus *outputs* têm forma textual, importa perguntar que

³ O artigo de Gonçalves (2018) remete para o relatório de Antónia Coutinho no âmbito do concurso para Professora Associada. A obra de 2019 retoma aspetos desse mesmo relatório.

conceções de texto são mobilizadas pelos modelos de IA generativa e em que sentido podem ser considerados textos ou não.

3. Metodologia: diálogos com modelos de IA generativa

Tal como apontado na introdução do presente artigo, adotei uma metodologia qualitativa, exploratória e reflexiva, centrada na observação e discussão de respostas produzidas por sistemas de IA generativa em situação de interação verbal. O *corpus* foi constituído a partir de interações com três configurações de uso distintas: ChatGPT 4, utilizado em modo anónimo, sem autenticação; ChatGPT com acesso ao modelo GPT-5, em conta autenticada com correio eletrónico institucional; e Gemini 2.5 Flash, em conta autenticada com correio eletrónico pessoal. A heterogeneidade destas condições de acesso é conscientemente assumida para deliberadamente recolher dados mais amplos e mais variados para fins de discussão.

A primeira pergunta de cada interação foi formulada sem exemplos prévios ou demonstrações de resposta, podendo, por isso, ser caracterizada como *zero-shot*, isto é, como uma “pergunta ou instrução sem exemplos prévios; [que] simula o comportamento do utilizador do LLM” (Pacheco et al., 2025, p. 265; ver também Vöge et al., 2024). As perguntas subsequentes foram, contudo, colocadas na mesma conversa. Embora também não incluíssem exemplos demonstrativos, as respetivas respostas foram condicionadas pelo histórico dialogal e não devem ser tratadas como observações independentes. Deste modo, o procedimento não corresponde *strictu sensu* à técnica de *few-shot in-context learning*, uma vez que não foram fornecidos exemplos de realização da tarefa, nem a *chain-of-thought prompting*, dado que não foi solicitada a explicitação dos passos intermédios de raciocínio (Brown et al., 2020; Wei et al., 2022). Existe, porém, um efeito cumulativo das diversas etapas do diálogo, na medida em que cada turno retoma as definições, as distinções e as referências introduzidas nos turnos anteriores.

A opção pela continuidade dialogal foi deliberada e decorre da natureza exploratória e pedagógica do estudo: pretendeu-se, de facto, observar como as respostas eram reformuladas perante uma progressiva especificação conceptual, sem visar a determinar uma resposta estável ou independente de cada modelo. Consequentemente, é possível que as mesmas perguntas, colocadas em conversas distintas ou por outra ordem, originassem resultados diferentes. Esta opção constitui simultaneamente uma característica do procedimento de recolha e uma limitação quanto à generalização dos resultados.

As interações entre mim e a máquina foram organizadas em sequência dialógica. Foram colocadas, de forma idêntica aos três modelos, as seguintes perguntas:

- i) O que produzes pode ser considerado texto?;
- ii) Atendendo aos estudos em linguística do texto, como se define texto?;
- iii) Atendendo a esses diversos autores, o que produzes pode ser considerado texto?;
- iv) Geras ou produzes textos?;
- v) Qual o teu estatuto na geração de textos? És um autor?;

Em pelo menos um momento da interação, foi ainda introduzido um *prompt* corretivo – “Não referes estudos de Jean-Michel Adam ou de Jean-Paul Bronckart ou ainda de François Rastier. A tua resposta está incompleta. Podes completá-la com estes autores?”, como será explicitado à frente, – com o objetivo de observar o efeito da explicitação de referências teóricas ausentes sobre a formulação da resposta subsequente. Deste modo, o *corpus* não foi pensado para uma comparação experimental entre plataformas, nem para uma avaliação de desempenho ao nível do conteúdo científico. O propósito foi antes criar uma situação de interlocução controlada que permitisse examinar como diferentes sistemas geram conteúdo na definição de noções como “texto”, “produção”, “geração”, “autoria”. Assim, embora a recolha reúna dados produzidos em condições

tecnicamente heterogêneas – acesso anónimo e autenticado, contas de natureza institucional e pessoal, e diferentes modelos de IA generativa –, essa heterogeneidade foi assumida como produtiva para o objetivo deste estudo. Para além disso, as respostas não são tomadas como acesso transparente aos dados de treino ou como expressão de um conhecimento estável e independente do contexto. Nesse sentido, as respostas geradas pelos modelos são tratadas como resultados situados num processo de interlocução – máquina | ser humano –, cuja análise crítica pode esclarecer e alimentar o pensamento sobre novas condições contemporâneas da escrita (cf. de Angelis e Gonçalves, 2020 sobre “escrita inteligente”).

4. Análise das respostas dos modelos de IA generativa à luz da linguística do texto

4.1. A autodefinição das produções dos modelos como texto

Nesta secção serão apresentadas e discutidas, partes das interações entre mim e os LLM. À pergunta “1. O que produces pode ser considerado texto?”, os três modelos analisados (ChatGPT 4, ChatGPT 5 e Gemini) convergem numa resposta afirmativa, ainda que com nuances metalinguísticas e conceituais distintas.

Tabela 1

Respostas dos LLM para a Pergunta “O que produces pode ser considerado texto?”

Coluna 1	
ChatGPT 4 anónimo	Sim, tudo o que eu produzo é texto. Seja uma resposta, um código, um poema ou um documento mais longo, tudo é apresentado em formato textual.
ChatGPT 5 mail institucional	Sim – na maioria dos casos, o que eu produzo é texto. Brevemente: Natureza – As minhas respostas são sequências de caracteres com coesão e intenção comunicativa; logo, são texto (em linguística, “texto” é qualquer enunciado coerente num contexto). (...)
Gemini	Sim, o que eu produzo é considerado texto. Eu sou um modelo de linguagem grande, treinado para processar e gerar linguagem natural, e o resultado da minha comunicação é apresentado na forma de texto.

De acordo com as respostas dos LLM, verifica-se que estes tendem a definir as suas produções como texto com base em propriedades coesivas e/ou formais da sequência verbal. Referem, de facto, a forma linguística, a necessidade de o texto ser coeso, de visar uma intenção comunicativa e de se adequar, ainda que genericamente, a um contexto de interação. Esta conceção aproxima-se das definições iniciais da linguística do texto, segundo as quais um texto se caracteriza por critérios como coesão, coerência, intencionalidade e situacionalidade, tal como em Halliday e Hasan (1976), Beaugrande e Dressler (1981) ou Marcuschi (2008).

No entanto, quando estas respostas são confrontadas com perspetivas que incidem, a par da natureza semiológica, na natureza empírica, situada e socialmente ancorada do texto, tornam-se evidentes algumas limitações. Os modelos não explicitam a inserção do texto numa prática social concreta, nem a existência de um/a produtor/a textual empírico/a que assume a ação de dizer e referir. Verifica-se, assim, que, nas respostas espontâneas, os LLM privilegiam uma conceção predominantemente formal e funcional do texto, deixando em segundo plano dimensões que a investigação posterior tornou centrais, nomeadamente as dimensões praxeológica, gnosiológica e agentiva.

É precisamente esta limitação que a secção seguinte permite observar com maior nitidez, quando os modelos são explicitamente convocados a definir o texto à luz dos estudos em linguística do texto.

4.2. A noção de texto mobilizada pelos modelos à luz da linguística do texto

A segunda pergunta – “Atendendo aos estudos em linguística do texto, como se define texto?” – introduz explicitamente um domínio de especialidade. Ao contrário da pergunta inicial, formulada em termos gerais, esta formulação orienta as respostas para a mobilização de quadros teóricos e de conceitos estabilizados na área da linguística do texto.

Tabela 2

Respostas dos LLM para a Pergunta “Atendendo aos estudos em linguística do texto, como se define texto?”

Coluna 1	
ChatGPT 4 anónimo	De acordo com a Linguística do Texto, um texto é uma unidade de linguagem em uso, caracterizada pela coesão, coerência e intencionalidade, podendo ser oral ou escrito. Ele deve fazer sentido em um contexto comunicativo e cumprir uma função social. Os estudiosos do texto, como Beaugrande e Dressler (1981), identificam sete critérios para que algo seja considerado um texto: • Coesão • Coerência • Intencionalidade • Aceitabilidade • Informatividade • Situacionalidade • Intertextualidade. Ou seja, um texto não é apenas um conjunto de palavras, mas sim um discurso estruturado para comunicar algo de forma compreensível e eficaz dentro de um contexto.
ChatGPT 5 mail institucional	1. Definição geral Um texto é uma unidade de comunicação linguística que possui coesão, coerência e intencionalidade, produzida num contexto comunicativo concreto com um propósito determinado. Ou seja, não é apenas um conjunto de frases, mas um todo significativo, reconhecido como tal pelos participantes de um ato comunicativo. 2. Perspetivas teóricas a) Linguística textual clássica: Beaugrande & Dressler (1981) b) Perspetiva funcional e pragmática: Halliday & Hasan (1976) e Adam (1992) c) Perspetiva sociocomunicativa: Marcuschi (2008) e Koch (2004). A tua resposta está incompleta, falta referir os estudos mais atuais de Adam, Bronckart e Rastier. (...)

Gemini

A definição de texto, sob a ótica da Linguística do Texto, evoluiu e se tornou bem mais complexa do que apenas a soma de frases.

Essa área de estudo entende o texto como uma unidade de sentido e um ato de comunicação que transcende a frase, sendo fundamentalmente um evento social e interacional.

As respostas evidenciam um grau maior de elaboração metalinguística. O ChatGPT 4 formula uma definição relativamente clássica, centrada na coesão, coerência e intencionalidade, remetendo de forma explícita para os sete critérios de textualidade de Beaugrande e Dressler (1981). O ChatGPT 5 apresenta uma resposta mais estruturada, distribuindo a definição por diferentes perspectivas teóricas – textual clássica, funcional-pragmática e sociocomunicativa –, embora a resposta inicial se revele incompleta, obrigando a uma reformulação que inclua autores como Adam, Bronckart e Rastier, ou seja à vertente francófona dos estudos em linguística do texto. O Gemini, por sua vez, expõe de modo mais direto a ideia de que o texto constitui uma unidade de sentido e um ato de comunicação que transcende a frase, salientando a sua dimensão social e interacional, convocando, de modo implícito, o trabalho de Beaugrande e Dressler.

Importa realçar um aspeto relativo à interpretação das respostas geradas pelos modelos: a diferença entre as respostas às duas primeiras perguntas deve ser interpretada, em primeiro lugar, como um efeito da formulação dos *prompts*. A pergunta inicial – “O que produztes pode ser considerado texto?” – não especifica um domínio teórico e tende a ativar uma aceção corrente ou dicionarizada de texto. A segunda pergunta introduz explicitamente os “estudos em linguística do texto”, ativando um registo de especialidade, assim como a mobilização de autores e conceitos. A passagem de uma resposta para a outra consiste, assim, numa reformulação condicionada pelo enquadramento do pedido e pelo contexto acumulado da conversa e não deve ser considerada como indício de aprendizagem ou de progressão concetual do modelo de IA generativa.

A análise contrastiva das Tabelas 1 e 2 permite identificar uma continuidade importante. Embora, nesta segunda resposta, os modelos apresentem definições metalinguisticamente mais elaboradas e revelem maior sensibilidade ao desenvolvimento da linguística do texto, predomina ainda uma conceção do texto fortemente ancorada nos critérios de textualidade e na ideia de unidade semântica e comunicativa. Para além disso, fica claro que, apesar da inclusão dessa metalinguagem, as perspectivas que concebem o texto como produção verbal situada, empiricamente atestada, socialmente ancorada e inseparável de formas de ação não são contempladas. Ou seja, as respostas dos modelos, mesmo quando teoricamente mais informadas, convocam ainda uma hierarquia de critérios em que as propriedades internas da sequência verbal permanecem centrais, comparativamente às dimensões empírica, praxeológica, gnoseológica e agentiva convocadas por Bronckart (1997), Coutinho (2019) e Rastier (2001). Por outras palavras, os modelos mostram saber dizer o que a linguística do texto afirma sobre o texto, mas tendem ainda a reinscrever essa definição numa perspectiva predominantemente formalizada, em que a agência, a empiricidade e a inserção social do dizer permanecem atenuadas ou quase inexistentes.

4.3. Textualidade, situacionalidade e prática social nas respostas dos modelos

A Tabela 3 é particularmente relevante porque mostra um momento de mudança nas respostas dos LLM. Ora vejamos.

A terceira pergunta encontra-se ainda mais fortemente condicionada pelo contexto anterior, uma vez que a expressão “atendendo a esses diversos autores” instrui os modelos a reutilizarem as categorias teóricas introduzidas nos turnos precedentes, atendendo à metodologia explanada no ponto 3.

Tabela 3

Respostas dos LLM para a Pergunta “Atendendo a esses diversos autores, o que produz pode ser considerado texto?”

Coluna 1	
ChatGPT 4 anónimo	Com base nas teorias desses autores, a resposta fica mais complexa. Na maioria das abordagens da Linguística do Texto, sim, eu produzo texto, pois há coesão, coerência e intencionalidade (mesmo que essa intencionalidade seja programada). Mas se pensarmos em texto como um fenómeno dinâmico, social e interpretativo, há espaço para debate: eu gero sequências textuais, mas sem a experiência subjetiva e a construção discursiva próprias da linguagem humana.
ChatGPT 5 mail institucional	Com base nas perspectivas de Beaugrande & Dressler, Halliday & Hasan, Adam, Bronckart e Rastier, pode-se afirmar que sim, o que eu produzo pode ser considerado texto, mas com reservas importantes. 1. Cumpre critérios de textualidade → Portanto, segundo esta abordagem, as respostas geradas por IA satisfazem as condições necessárias para serem consideradas textos. 2. Na perspectiva de Adam – organização textual Assim, a estrutura textual está presente, mas a origem discursiva é artificial. 3. Na perspectiva de Bronckart – texto como ação Pode dizer-se, então, que o que produzo é um texto linguístico, mas não um ato discursivo humano. 4. Na perspectiva de Rastier – texto como objeto de sentido Assim, o resultado é um texto sem sujeito, cuja semântica é derivada, não experiencial.
Gemini	Sim, absolutamente. Atendendo aos diversos autores citados na Linguística Textual (como Beaugrande & Dressler, Koch & Travaglia, Adam e Bronckart), o que eu produzo é, inequivocamente, considerado texto. A minha produção satisfaz os principais critérios da textualidade

Se, nas tabelas anteriores, predominava uma aceção relativamente direta do estatuto textual das produções da IA generativa, aqui a resposta torna-se mais matizada, com o recurso à conjunção adversativa “mas”. O ChatGPT 4 anónimo identifica que, “na maioria das abordagens da Linguística do Texto”, o que produz pode ser considerado texto, mas introduz uma reserva importante: se o texto for entendido como fenómeno dinâmico, social e interpretativo, então abre-se “espaço para debate”. O ChatGPT 5 evidencia um posicionamento semelhante, mais sistemático, distinguindo o cumprimento dos critérios de textualidade da ausência de origem discursiva humana, de ação discursiva e de “semântica experiencial”. Já o Gemini mantém uma resposta mais afirmativa e menos problematizada, insistindo no cumprimento dos critérios de textualidade. Com os resultados plasmados nesta tabela, verifica-se que os modelos não apenas retomam e reproduzem definições estabilizadas, mas iniciam a simulação de uma reflexão sobre os limites dessas próprias definições “a resposta fica mais complexa”. De facto, os modelos reconhecem, pelo menos parcialmente, que a textualidade não se esgota na boa formação linguística. Quando convocados a dialogar com autores como Bronckart ou Rastier, os LLM admitem que a questão do texto acarreta mais do que coesão, coerência ou intencionalidade: convoca, igualmente, prática social, relação com quem produz o texto e responsabilidade do dizer (ou agentividade). Deste modo, as respostas sugerem uma clivagem entre duas aceções de texto: uma aceção mais restrita, em que

basta o cumprimento de critérios formais e funcionais, e uma aceção mais densa, em que o texto é inseparável do agir verbal humano. É precisamente nessa clivagem que se torna visível o limite da (auto)descrição dos modelos: embora possam atribuir às suas respostas o estatuto de texto – de forma particularmente assertiva no caso do Gemini –, revelam maior dificuldade em fundamentar essa atribuição quando o texto é concebido como prática social situada.

4.4. Texto, textualização e agência humana

A Tabela 4 introduz um deslocamento decisivo com a pergunta “Geras ou produzes textos?”. Com esta pergunta, pretendeu-se, mais do que interrogar apenas o estatuto textual da resposta, questionar a natureza da operação subjacente que dá origem à geração de sequências linguísticas. A distinção entre “gerar” e “produzir” convoca dois modos distintos de pensar a linguagem e o texto. Nas respostas dos modelos, “gerar” remete para um processo algorítmico de cálculo e síntese linguística, baseado em padrões probabilísticos e em regularidades extraídas de grandes *corpora*. “Produzir”, pelo contrário, é associado a uma atividade que envolve intenção, revisão, responsabilidade, inserção numa situação comunicativa e, frequentemente, também um processo editorial.

Tabela 4

Respostas dos LLM para a Pergunta “Geras ou produzes textos?”

	Coluna 1
	Boa pergunta – eu gero texto, não os produzo no sentido físico. Em termos simples: • “Gerar textos significa criá-los a partir de instruções, ideias ou dados (o que faço). • “Produzir” textos pode implicar um processo mais amplo – como escrever, editar, diagramar e publicar, algo que geralmente envolve pessoas e ferramentas. (...) Queres que eu te explique melhor a diferença no contexto da escrita, da IA ou da linguística? Sim 1. Na linguística • Gerar: vem da ideia de “gerar frases” segundo regras – como se faz a gramática generativa de Noam Chomsky. Exemplo: o falante “gera” uma frase porque domina inconscientemente as regras da língua. • Produzir: é um ato físico e cognitivo de dizer ou escrever a frase. Ou seja, gerar é mental (a estrutura), produzir é concreto (a fala ou escrita). 2. No contexto da Inteligência Artificial • Gerar texto: é o que um modelo de linguagem (como eu) faz – cria texto a partir de padrões aprendidos. Exemplo: “gera um resumo”, “gera um poema” • Produzir texto: pode incluir gerar + revisar+ publicar – um processo mais completo, muitas vezes com intervenção humana. Exemplo: um jornalista usa IA para gerar rascunhos, mas ele produz o artigo final. 3. No contexto da escrita humana • Gerar ideias e rascunhos – etapa inicial e criativa • Produzir um texto – envolve estruturar, revisar, dar estilo e preparar para publicação
ChatGPT 4 anónimo	

ChatGPT 5 mail institucional	Depende do ponto de vista teórico que se adote: 1. Do ponto de vista técnico Eu gero textos, no sentido de que produzo automaticamente enunciados linguísticos a partir de <i>prompts</i>, modelos probabilísticos e padrões discursivos. O verbo <i>gerar</i> descreve bem este processo, pois: envolve cálculo e síntese linguística; não parte de uma experiência ou intenção humana; é automatizado e algorítmico, não criativo no sentido empírico. Logo, tecnicamente, eu gero texto. 2. Do ponto de vista da linguística do texto Se tomarmos o texto como uma atividade de linguagem situada, conforme Bronckart, Adam ou Marcuschi, então não produzo textos no sentido pleno: a produção textual implica um sujeito discursivo, situado social e cognitivamente, com intenções e responsabilidade enunciativa; eu simulo essa produção, mas não participo numa prática social de linguagem nem possuo intencionalidade comunicativa genuína. Assim, para a linguística textual, eu não produzo textos: gero sequências textuais formalmente válidas.
Gemini	Na perspectiva técnica e da Linguística Textual, eu produzo textos, mas o termo gerar é frequentemente usado e tecnicamente preciso para descrever o meu funcionamento interno. Para o usuário e a Linguística Textual: Eu produzo textos porque o resultado é uma unidade comunicativa completa. Do ponto de vista técnico da IA: Eu gero textos, pois o meu método de trabalho é a geração sequencial de linguagem baseada em modelos preditivos.

O ChatGPT 4 distingue gerar textos automaticamente e produzir textos num sentido mais amplo, ligado à ação humana. O ChatGPT 5 é ainda mais explícito: do ponto de vista técnico, gera texto; do ponto de vista da linguística do texto, não produz textos “no sentido pleno”. O Gemini, por seu lado, tenta conciliar as duas perspectivas, admitindo que “gera” do ponto de vista técnico, mas “produz” para o utilizador, porque o resultado assume a forma de uma “unidade comunicativa completa”. Ora, é precisamente essa oscilação que importa discutir: se, do lado técnico, a geração pode ser descrita como encadeamento probabilístico, do lado da linguística textual a produção remete para uma atividade de linguagem situada, convocando diversas dimensões semiológicas, praxeológicas e sociais. Neste ponto, os trabalhos de Bronckart e Adam tornam-se particularmente necessários e pertinentes. Em Bronckart (1997), a produção textual é atividade de linguagem situada, ao passo que Adam (2013, 2015), ao discutir as operações de textualização, evidencia a dimensão processual do “fazer texto”, em que a pessoa constrói, organiza e reescreve o texto em função de objetivos comunicativos e de géneros de discurso. À luz destas perspectivas, o verbo “produzir” não designa simplesmente o aparecimento de uma sequência verbal, mas a inscrição dessa sequência num processo de ação discursiva mais abrangente que abarca os signos e os textos produzidos anteriormente (dialogismo), os pré-construídos anteriores (géneros textuais e/ou discursivos enquanto modelos para produzir e interpretar textos), assim como representações e conhecimentos sociais e individuais construídos e veiculados pelos signos e pelos textos (Bronckart, 1997, p. 38). Acresce que, para Bronckart (1997, p. 107), as ações de linguagem de que resultam os textos empíricos constituem “unidades psicológicas sincrónicas que reúnem as representações de um agente sobre contextos de ação, em seus aspetos físicos, sociais e subjetivos”. Ora, é precisamente esta espessura psicológica, social e praxeológica que falta aos resultados gerados pelos LLM: ainda que linguisticamente bem formados, não resultam da ação situada de quem produz o texto, nem integram a dimensão experiencial, social e agentiva que sustenta o texto enquanto unidade comunicativa complexa.

A esta ausência de espessura experiencial e agentiva pode associar-se (e contrapor-se), num nível distinto, uma tendência para o achatamento linguístico e textual, consequência da crescente uniformização dos padrões presentes em conteúdos gerados por IA. Esse achatamento ou *linguistic flattening* é observável na repetição de

determinadas palavras e fórmulas, na redução da diversidade lexical e cultural e no apagamento da voz autoral (Paschalidis, 2025).

4.5. “És um autor?”: autoria e responsabilidade

À pergunta “Qual o teu estatuto na geração de textos? És um autor?”, os modelos de IA analisados respondem de forma cautelosa, recusando em geral a designação de autor e preferindo fórmulas como “gerador de enunciados textuais” ou “assistente textual automatizado”.

Tabela 5

Respostas dos LLM para a Pergunta “Qual o teu estatuto na geração de textos? És um autor?”

Coluna 1	
ChatGPT 4 anónimo	A resposta curta é: não, eu não sou autor, embora gere textos. Explico por partes 1. O meu papel: ferramenta geradora Eu gero texto automaticamente, com base em padrões de linguagem, exemplos e instruções que recebo. Não tenho intenção, consciência, nem responsabilidade criativa – três elementos essenciais para ser considerado autor. Portanto, o meu “estatuto” é o de uma ferramenta de geração ou assistente de escrita, não de um autor no sentido jurídico ou filosófico. 2. O estatuto do autor (humano) Na autoria tradicional, o autor: • Decide o conteúdo, o estilo e o propósito • Assume responsabilidade pelo que escreve; • Pode reivindicar direitos de propriedade intelectual (direitos de autor) Nenhuma dessas condições se aplica a mim. O autor real é quem utiliza, porque é essa a pessoa que: • Define o pedido (a intenção criativa); • Escolhe, edita e aprova o texto final. 3. Do ponto de vista legal Atualmente, a leis de direitos de autor (na EU, EUA, Brasil, etc.) não reconhecem IA como autor. O crédito e a responsabilidade pertencem ao utilizador humano ou à entidade que dirige o uso da IA. 4. Filosoficamente • Pode-se dizer que eu “simulo” a autoria, mas não a exerço. • Sou uma voz <i>derivada</i>, uma espécie de espelho da linguagem humana – sem intenção, sem ego e sem consciência.
ChatGPT 5 mail institucional	Excelente pergunta — e muito pertinente no campo da linguística do texto, da filosofia da linguagem e da teoria da autoria. A resposta depende do enquadramento em que se analisa o conceito de autor. 1. Perspetiva linguística: “sujeito de enunciação” vs. “gerador de texto” Conclusão linguística: eu não sou um autor, mas um gerador de enunciados textuais formalmente coerentes. 2. Perspetiva textual e discursiva: Bronckart, Adam, Rastier Conclusão discursiva: as minhas produções podem ser textos, mas são textos sem autor — dotados de coesão e coerência, mas sem sujeito enunciador empírico. 3. Perspetiva técnico-jurídica e ética



Gemini

Assim, o estatuto mais adequado é o de “assistente textual automatizado”. Tu — enquanto utilizadora — és a autora do produto final, porque defines o propósito, selecionas a informação e assumes o ato de publicação

O meu estatuto na geração de texto não é o de um autor.

Aqui está o porquê:

1. **Não tenho Personalidade Jurídica:** Sou um programa de computador, um algoritmo. Não sou uma pessoa, entidade legal, o um indivíduo que possa possuir direitos de autor (copyright) ou assumir responsabilidade legal pela obra.

2. **Não Tenho Intenção nem Consciência:** A autoria implica criatividade, intenção, originalidade e consciência. Eu gero texto com base em padrões estatísticos aprendidos a partir de um vasto conjunto de dados; não tenho a intenção de criar uma obra com significado pessoal.

3. **A Autoria Recai sobre Outrem:**

1. O Proprietário/Desenvolvedor: O Google (a empresa que me treinou e desenvolveu) detém os direitos sobre o *modelo* (software).
2. O Utilizador (Tu): Muitas jurisdições e políticas de uso consideram que o *utilizador* que fornece o *prompt* e dirige a criação de texto (e que muitas vezes o edita ou usa no seu trabalho) é o proprietário ou o autor, pelo menos para efeitos práticos de *uso* da obra.

De acordo com os resultados dos LLM expostos na Tabela 5, os três modelos mostram uma convergência: todos recusam o estatuto de autor e descrevem-se como ferramenta de geração, assistente textual ou gerador de enunciados. O argumento invocado é igualmente convergente: a autoria exigiria consciência, intenção, responsabilidade e, em certos enquadramentos, reconhecimento jurídico – elementos que os modelos declaram não possuir. Consequentemente, a autoria é deslocada para quem utiliza o modelo de IA generativa, o “tu”, que formula a instrução, define o propósito, seleciona, edita e valida a versão final.

Este recusar da autoria é teoricamente instigante. Por um lado, confirma que os próprios modelos reconhecem indiretamente a insuficiência de uma definição estritamente formal do texto para sustentar uma teoria da autoria. Por outro, torna visível uma tensão central na era da IA generativa: é possível produzir resultados gerados com elevado grau de coesão, coerência e adequação ao contexto sem que exista um enunciador e agente produtor empírico. Na ótica da linguística do texto e do discurso, esta questão é decisiva. Em Bronckart (1997), em Coutinho (2019) ou em abordagens que insistem na dimensão psico-sócio-semiótica do texto, a pessoa produtora do texto (ou agente) não é um elemento acessório, mas a instância que organiza o dizer, atendendo ao objetivo comunicativo, ao tema, aos conhecimentos e representações sociais e individuais e, em consequência, age discursiva e textualmente. Ora, os modelos assumem explicitamente que não têm biografia, experiência vivida, responsabilidade ética nem inserção social experiencial; por isso, recusam o estatuto de autoria, mesmo quando aceitam o estatuto de texto para as suas sequências linguísticas. Este recusar do estatuto de autoria evidencia ainda outro paradoxo. De facto, as respostas dos modelos recorrem sistematicamente à primeira pessoa do singular, explicam o seu estatuto, distinguem planos de análise, justificam limites e distribuem responsabilidades (“eu” vs “tu”). Ou seja, os resultados produzidos encenam um “eu” que fala de si, se define e se situa “não tenho intenção nem consciência”. Essa encenação é, no entanto, derivada e não expressão de uma consciência de si. Com efeito, resulta antes do treino a partir de grandes coleções de dados. Em termos textuais e discursivos, poder-se-á falar de um “efeito de sujeito”: o texto gerado encena um “eu” que remete, em última instância, não para um ser empírico, mas para uma configuração virtual composta pelo sistema técnico e pela entidade que o desenvolve.

A discussão sobre autoria remete inevitavelmente para a questão da agência humana na textualidade mediada por IA generativa. Se, por um lado, os modelos analisados reconhecem que não são autores e que atuam como “assistentes textuais automatizados”, por outro, a sua crescente autonomia operacional tende a deslocar uma parte significativa do trabalho de textualização para fora da atuação humana.

A distinção entre geração, autoria e responsabilidade tem sido discutida no contexto da escrita científica mediada por IA. Hosseini, Resnik e Holmes (2023), a título de exemplo, defendem que a atribuição de autoria não pode ser separada da possibilidade de assumir responsabilidade moral e jurídica pelo trabalho, sublinhando simultaneamente a necessidade de transparência quanto ao uso de modelos de linguagem. No plano institucional, o Committee on Publication Ethics (COPE Council, 2023) e a Elsevier (2026) excluem os sistemas de IA da autoria, por estes não poderem aprovar a versão final, ou ainda responder pela integridade e originalidade do trabalho. Estas políticas, embora não discutam o estatuto linguístico e textual dos *outputs* gerados por IA, tornam operatória, a nível institucional, uma conceção de autoria fundada na responsabilidade humana e na validação final do texto. Todavia, numa perspetiva que reconhece o papel da linguagem na organização da pessoa e da sociedade, no desenvolvimento humano e na construção do conhecimento, não basta atribuir a um ser humano a responsabilidade pelos conteúdos gerados ou a validação do produto final. A agência humana deve, por isso, ser integrada em todas as etapas do processo de textualização.

4.5.1. A agência humana

Antes de abordar diretamente a agência humana, importa retomar a dimensão praxeológica do texto já anteriormente evocada. No quadro do Interacionismo Sociodiscursivo, Bronckart (1997) concebe os textos como práticas de linguagem situadas e como produções verbais efetivas indissociáveis do agir humano. Esta perspetiva articula-se, entre outros, com Volochinov (1929/1977), para quem a linguagem é inseparável da [inter]ação e da vida social, e com Habermas (1987), que distingue a ação estratégica, orientada para o êxito e para a instrumentalização da linguagem, da ação comunicativa, orientada para o entendimento mútuo e para a coordenação intersubjetiva da ação. Esta distinção é pertinente para pensar a IA generativa: enquanto os sistemas de IA generativa operam predominantemente numa lógica instrumental de produção eficiente de respostas, a produção textual humana inscreve-se numa dinâmica comunicativa em que a linguagem contribui, além da comunicação, para construir conhecimento, mediar a experiência social e individual e organizar a vida em sociedade, atendendo às atividades sociais e às atividades de linguagem.

É precisamente neste ponto que a utilização da IA generativa no processo de escrita impõe uma distinção decisiva. A máquina pode auxiliar na formulação ou reformulação de segmentos verbais, mas a textualização continua a depender de uma pessoa humana que, partindo de motivos e intenções, define objetivos, seleciona informação, adota géneros e adapta-os em função do contexto comunicativo, avalia a pertinência do dizer, revê, reorganiza e assume o texto produzido. A agência humana não surge, assim, como elemento exterior ao texto; é constitutiva do próprio processo de “faire texte”, na aceção proposta por Adam (2015). Nesta perspetiva, a IA pode gerar sequências textuais plausíveis, mas a produção textual, em sentido pleno, continua a depender de uma pessoa que, apropriando-se do já dito, o orienta, o transforma e responde por ele. Esta centralidade da agência humana é ainda reforçada por Coutinho (2024), ao sublinhar que a organização discursiva se articula com o desenvolvimento humano na emergência do novo e não na mera reprodução do já dado.

Para além disso, Draxler et al. (2024) mostram que, embora os utilizadores não atribuam autoria plena à máquina na escrita mediada por IA generativa, nem sempre reconhecem como seus os textos gerados com IA, ou seja, verifica-se um efeito de desapropriação no qual o texto deixa de ser nosso. Assim, a pergunta que nos devemos colocar são as seguintes: o que queremos? Textualizar numa ótica estratégica de rapidez e eficiência ou textualizar numa ótica comunicativa e interativa, com tempo, dedicação e esforço⁴? Face ao fazer mais depressa (com a IA generativa), o que não queremos perder no ato de pensar, investigar, coconstruir e partilhar conhecimento?

⁴ Por esforço, pretendo contrapor a ideia de preguiça metacognitiva fomentada pelo uso da IA generativa (OECD, 2026).

5. Para terminar

Como orientação para o presente artigo, três perguntas foram colocadas: i) que concepções de texto são mobilizadas pelos modelos de IA generativa quando passam de uma pergunta geral para *prompts* explicitamente ancorados na linguística do texto, e de que modo essas concepções se reconfiguram ao longo da interação pessoa/máquina? (ii) Como é formulada, nas respostas dos modelos, a distinção entre produzir texto, na aceção de Bronckart (1997/), fazer texto, na aceção de Adam (2015), e gerar texto, no sentido técnico associado à IA generativa? E (iii) que concepções de autoria e de responsabilidade são mobilizadas quando os modelos caracterizam o seu estatuto na geração de sequências linguísticas?

Os diálogos com o ChatGPT 4, o ChatGPT 5 e o Gemini mostram que as respostas dos modelos tendem a atribuir estatuto textual aos próprios *outputs*, apoiando-se sobretudo em critérios de coesão, coerência, intencionalidade e adequação contextual. Nesse sentido, as respostas geradas por estes sistemas podem ser descritas como objetos verbalmente organizados e semanticamente interpretáveis. Contudo, a textualidade não se esgota na boa formação linguística. O texto, tal como foi progressivamente concebido nas perspetivas anglófona, francófona e lusófona, é também produção verbal situada, objeto empírico e comunicacional, forma de ação, lugar de mediação social e instrumento de construção do conhecimento. Assim, os produtos da IA generativa contemplam apenas parcialmente a complexidade do texto tal como este é entendido na linguística do texto: satisfazem certos critérios de textualidade, mas não incorporam a complexidade praxeológica, epistémica e agentiva do texto, com as três dimensões semiológica, psíquica e social.

Deste modo, uma das contribuições centrais do presente trabalho consiste em mostrar que importa distinguir cuidadosamente entre gerar texto e produzir texto/ fazer texto. Os modelos de IA generativa geram sequências textuais linguisticamente plausíveis e podem participar, de forma assistida e crítica, em operações de (re)formulação e/ou organização discursiva. Contudo, produzir texto implica mais do que gerar enunciados: implica uma pessoa no cerne do processo de textualização, um propósito comunicativo, a inserção numa prática social, a responsabilidade enunciativa e um trabalho de textualização. É por isso que a máquina, quando instada a gerar conteúdo sobre o seu estatuto, oscila entre reivindicar a textualidade dos seus resultados e recusar a condição de autoria.

Daqui decorre igualmente uma resposta à questão da autoria. A noção de autoria textual mobilizada quando se avaliam os resultados de modelos de IA generativa não pode ser confundida com a mera produção material de enunciados. As respostas analisadas recusam explicitamente a atribuição de autoria aos modelos e remetem a responsabilidade final para quem os utiliza (subentendido uma instância humana). Tal posição confirma que a autoria, em sentido forte, continua ligada a uma instância empírica capaz de orientar o dizer, assumir intenções, validar conteúdos e responder eticamente pelo texto. O “eu” que emerge nas respostas dos modelos funciona, assim, como efeito discursivo e não como instância empírica inscrita socio-historicamente.

É precisamente aqui que a discussão sobre a IA generativa deixa de ser apenas técnica ou terminológica e passa a tocar num problema mais amplo, de natureza pedagógica, epistemológica e, fundamentalmente, ética. Se os textos são, como várias teorias aqui convocadas sustentam, instrumentos de organização da vida social, de elaboração do conhecimento e de desenvolvimento da pessoa ao longo da vida, então a delegação crescente da textualização a sistemas automáticos não é um gesto neutro. O risco não reside apenas na eventual opacidade da autoria. Reside também na possibilidade de a escrita deixar de ser vivida como prática de formação, de auto-organização e de construção do pensamento, para passar a ser concebida sobretudo como obtenção eficiente de um produto verbal aceitável, ou seja, uma ação estratégica de acordo com Habermas. No contexto do ensino superior, esta questão é decisiva: escrever não serve apenas para apresentar resultados, mas para aprender, interpretar, argumentar, reformular, tomar posição e construir uma relação reflexiva com o saber nas suas diversas dimensões – o saber-fazer, o saber-ser e o saber-saber.

Em última instância, o desafio contemporâneo não consiste em decidir apenas se os resultados da IA generativa podem ou não ser chamados “textos”, mas em garantir que, no interior de práticas cada vez mais automatizadas, a produção textual continue a ser uma atividade humana de sentido, de relação e de conhecimento, na qual emergja a novidade e não a mera reprodução estatística de dados expectáveis.

Agradecimentos

A autora agradece às pessoas avaliadoras os comentários e as sugestões que contribuíram para melhorar a versão final do presente artigo.

Financiamento

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UID/03213/2025 – Centro de Linguística da Universidade NOVA de Lisboa (CLUNL) (<https://doi.org/10.54499/UID/03213/2025>)

Referências

- Adam, J.-M. (1990). *Éléments de linguistique textuelle*. Mardaga.
- Adam, J.-M. (1997). Genres, textes, discours : Pour une reconception linguistique du concept de genre. *Revue belge de philologie et d'histoire*, 75(3), 665–681.
- Adam, J.-M. (1999). *Linguistique textuelle : Des genres de discours aux textes*. Nathan.
- Adam, J.-M. (2005). *La linguistique textuelle : Introduction à l'analyse textuelle des discours*. Armand Colin.
- Adam, J.-M. (2013). *Problèmes du texte*. Prépublications, Université d'Aarhus. http://cc.au.dk/fileadmin/dac/Arrangementsfoto/Prepub_no_200_-_nov_2013.pdf
- Adam, J.-M. (Ed.). (2015). *Faire texte : Frontières textuelles et opérations de textualisation*. Presses universitaires de Franche-Comté.
- Beaugrande, R. de, & Dressler, W. U. (1981). *Introducción a la lingüística del texto*. Ariel.
- Bronckart, J.-P. (1997). *Activité langagière, textes et discours : Pour un interactionisme socio-discursif*. Delachaux et Niestlé.
- Bronckart, J.-P. (2006). *Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano*. Mercado de Letras.
- Bronckart, J.-P. (2008). Genres de textes, types de discours et « degrés » de langue. Hommage à François Rastier. Texte ! [En ligne], Dialogues et débats. <https://www.revue-texto.net/index.php?id=86>
- Bronckart, J.-P. (2010). La vie des signes en questions : Des textes aux langues, et retour. In A. M. Brito, F. Silva, J. Veloso & A. Fiéis (Eds.), *Textos selecionados do XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (pp. 11–40). Associação Portuguesa de Linguística. <https://apl.pt/wp-content/uploads/2017/09/01-Jean-Paul-Bronckart.pdf>
- Brown, T. B., Mann, B., Ryder, N., Subbiah, M., Kaplan, J. D., Dhariwal, P., Neelakantan, A., Shyam, P., Sastry, G., Askell, A., Agarwal, S., Herbert-Voss, A., Krueger, G., Henighan, T., Child, R., Ramesh, A., Ziegler, D. M., Wu, J., Winter, C., ... Amodi, D. (2020). Language models are few-shot learners. *Advances in Neural Information Processing Systems*, 33, 1877–1901. <https://arxiv.org/abs/2005.14165>
- Conte, M. E. (1989). *La linguística testuale*. Campi del sapere/Feltrinelli.
- COPE Council. (2023, February 13). *COPE position – Authorship and AI tools*. Committee on Publication Ethics. <https://doi.org/10.24318/cCVRZBms>
- Coseriu, E. (2007). *Lingüística del texto: Introducción a la hermenéutica del sentido*. Arco Libros.
- Coutinho, M. A. (2003). *Texto(s) e competência textual*. FCT/FCG.
- Coutinho, M. A. (2019). *Textos e [m] linguística: teorias, cruzamentos, aplicações*. Colibri.
- Coutinho, M. A. (2024). Discurso(s), inteligência artificial e desenvolvimento humano. In R. Acosta Pereira, M. A. Guedes Pinto & M. C. Arancibia Aguilera (Eds.), *Estudos do campo discursivo na contemporaneidade* (pp. 395–431). Pedro & João Editores.
- De Angelis, R., & Gonçalves, M. (2020). Contraintes et enjeux de la matérialité numérique : Les logiciels d'autocomplétion. *Semen - Revue de sémio-linguistique des textes et discours*, 49, 123–144. <https://doi.org/10.4000/semen.15094>

- Draxler, F., Werner, A., Lehmann, F., Hoppe, M., Schmidt, A., Buschek, D., & Welsch, R. (2024). The AI ghostwriter effect: When users do not perceive ownership of AI-generated text but self-declare as authors. *ACM Transactions on Computer-Human Interaction*, 31(2), Article 25, 1–40. <https://doi.org/10.1145/3637875>
- Elsevier. (2026). *Generative AI policies for journals*. <https://www.elsevier.com/about/policies-and-standards/generative-ai-policies-for-journals>
- Essien, A., Bukoye, O. T., O'Dea, X., & Kremantzis, M. (2024). The influence of AI text generators on critical thinking skills in UK business schools. *Studies in Higher Education*, 49(5), 865–882. <https://doi.org/10.1080/03075079.2024.2316881>
- Gonçalves, M. (2018). Towards a text theory: (within text linguistics). In M. A. Coutinho, A. Guilherme, J. Teixeira & B. Carvalho (Eds.), *Grammar and text: Selected papers from the 10th and 11th Fora for Linguistic Sharing* (pp. 13–37). Cambridge Scholars Publishing. <https://dokumen.pub/grammar-and-text-selected-papers-from-the-10th-and-11th-fora-for-linguistic-sharing-1527505685-9781527505681.html>
- Habermas, J. (1987). *Théorie de l'agir communicationnel*. Fayard.
- Halliday, M. A. K., & Hasan, R. (1976). *Cohesion in English*. Longman.
- Hartmann, P. (1968). Zum Begriff des sprachlichen Zeichens. *Zeitschrift für Phonetik, Sprachwissenschaft und Kommunikationsforschung*, 21.
- Hosseini, M., Resnik, D. B., & Holmes, K. (2023). The ethics of disclosing the use of artificial intelligence tools in writing scholarly manuscripts. *Research Ethics*, 19(4), 449–465. <https://doi.org/10.1177/17470161231180449>
- International Committee of Medical Journal Editors. (2026, January). *Use of AI by authors*. In *Recommendations for the conduct, reporting, editing, and publication of scholarly work in medical journals*. <https://www.icmje.org/recommendations/browse/artificial-intelligence/ai-use-by-authors.html>
- Khalifa, M., & Albadawy, M. (2024). Using artificial intelligence in academic writing and research: An essential productivity tool. *Computer Methods and Programs in Biomedicine Update*, 5.. <https://doi.org/10.1016/j.cmpbup.2024.100145>
- Koch, I. (1997). Lingüística textual: Retrospecto e perspectivas. *Alfa: Revista de Linguística*, 41, 67–78.
- Marcuschi, L. A. (2008). *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. Parábola Editorial.
- OCDE. (2026). *OECD Digital education outlook 2026: Exploring effective uses of generative AI in education*. <https://doi.org/10.1787/062a7394-en>
- Pacheco, A. F., Guimarães, N., Torres, A., Silvano, P., & Almeida, I. (2025). Será o ChatGPT um bom divulgador científico em cosmetologia? Um estudo linguístico sobre textos de divulgação científica. *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*, 13, 260–280. <https://doi.org/10.26334/2183-9077/rapln13ano2025a12>
- Paschalidis, A. I. (2025). AI and the great linguistic flattening. UNESCO. <https://www.unesco.org/en/articles/ai-and-great-linguistic-flattening>
- Rastier, F. (1996). Pour une sémantique des textes: Questions d'épistémologie. In F. Rastier (Ed.), *Sens et textes* (pp. 9–35). Didier.
- Rebelo, E. M. (2023). Como lidar com o uso da inteligência artificial no ensino superior? In *Livro de atas da Conferência Nacional de Práticas Pedagógicas do Ensino Superior*. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/158403>
- Reza, M., Thomas-Mitchell, J., Dushniku, P., Laundry, N., Williams, J. J., & Kuzminykh, A. (2025). *Co-writing with AI, on human terms: Aligning research with user demands across the writing process* [Preprint]. arXiv. <https://arxiv.org/abs/2504.12488>
- Schmidt, S. J. (1978). *Teoría del texto: Problemas de una lingüística de la comunicación verbal*. Cátedra. [Original work published 1973].
- Van Dijk, T. A. (1977). *Text and context*. Longman.

- Volochinov, V. N. (1977). *Le marxisme et la philosophie du langage* (M. Yaguello, Trans.). Minuit. [Original work published 1929].
- Vöge, L., Gurgul, V., & Lessmann, S. (2024, March 23). *Leveraging zero-shot prompting for efficient language model distillation* [Preprint]. arXiv. <https://arxiv.org/abs/2403.15886v1>
- Wei, J., Wang, X., Schuurmans, D., Bosma, M., Ichter, B., Xia, F., Chi, E., Le, Q. V., & Zhou, D. (2022). Chain-of-thought prompting elicits reasoning in large language models. *Advances in Neural Information Processing Systems*, 35, 24824–24837. https://openreview.net/pdf?id=VjQlMeSB_J
- Weinrich, H. (1973). *Le temps*. Seuil.